

A TRAGÉDIA DE ANTÍGONA COMO SUBVERSÃO: UMA ANÁLISE DO SEXISMO MORAL SOB A ÓTICA DE MARY WOLLSTONECRAFT E MARÍA ZAMBRANO

THE TRAGEDY OF ANTIGONE AS SUBVERSION: AN ANALYSIS OF MORAL SEXISM FROM THE PERSPECTIVE OF MARY WOLLSTONECRAFT AND MARÍA ZAMBRANO

*Palloma Valéria Macedo de Miranda*¹
*Edna Maria Magalhães do Nascimento*²

Resumo:

A tragédia de Antígona, de Sófocles, transcende seu contexto original como ato de subversão radical contra o sexismo. O texto examina a desobediência civil sob as perspectivas de Mary Wollstonecraft (1759-1797) e María Zambrano (1904-1991). Na ótica de María Zambrano, em *La tumba de Antígona* (1967), a heroína é reimaginada através da "razão poética". Antígona, nessa leitura, subverte a ordem da *pólis* ao colocar o dever moral acima da lei estatal. Mary Wollstonecraft, em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), oferece ferramentas para criticar a moral burguesa que posiciona a mulher como ser inferior. A luta de Antígona contra o decreto de Creonte espelha, a nosso ver, a recusa de Wollstonecraft em aceitar a moralidade sexista que trata a mulher como um ser de "perpetua infância". A ação de Antígona desafia diretamente a exclusão das mulheres da esfera política e ética. Ambas as pensadoras, através de nossa leitura, identificam em Antígona uma subversão moral que rompe com as amarras da obediência imposta. Enquanto Zambrano celebra uma libertação poética que recria a identidade feminina no limite da vida, Wollstonecraft, veria no ato da heroína, a afirmação da racionalidade e dos direitos das mulheres.

Palavras-chave: Antígona, Subversão, Sexismo Moral, María Zambrano, Mary Wollstonecraft

Abstract:

Sophocles' tragedy Antigone transcends its original context as an act of radical subversion against sexism. This text examines civil disobedience from the perspectives of Mary Wollstonecraft (1759-1797) and María Zambrano (1904-1991). In Zambrano's view, in **La tumba de Antígona** (1967), the heroine is reimagined through "poetic reason." In this reading, Antigone subverts the order of the polis by placing moral duty above state law. Mary Wollstonecraft, in **A Vindication of the Rights of Woman** (1792), offers tools to critique the bourgeois morality that positions women as inferior beings. Antigone's struggle against Creon's decree mirrors, in our view, Wollstonecraft's refusal to accept the sexist morality that treats women as beings of "perpetual childhood." Antigone's action directly challenges the exclusion of women from the political and ethical sphere. Both thinkers, through our reading, identify in Antigone a moral subversion that breaks with the shackles of imposed obedience. While Zambrano celebrates a poetic liberation that recreates female identity at the edge of life, Wollstonecraft would see in the heroine's act the affirmation of rationality and women's rights.

Keywords: Antigone, Subversion, Moral Sexism, María Zambrano, Mary Wollstonecraft

¹ Doutoranda em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (PPGFIL/UFPI). Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí- UFPI. Mestra em Filosofia pelo Programa de Pós- Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (PPGFIL/UFPI). E-mail: pallomavaléria10@hotmail.com

² Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade de Navarra- Espanha (2016/2017) e Pós-Doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia – PPGFIL/UFPI. E-mail: magaedna@yahoo.com.br, Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6855-9642>

Introdução

A partir da análise de Yumi Miyamoto e Aloísio Krohling (2013), depreende-se que a historiografia tradicional operou sob um domínio discursivo e epistêmico patriarcal, no qual a agência feminina foi submetida a uma mediação masculina, relegando a manifestação das mulheres a formas clandestinas, anônimas ou pseudônimas.

Nesse contexto, a construção da memória histórica da mulher resultou de uma ontologia masculina, que, ao naturalizar a subordinação e o confinamento da mulher ao espaço privado das relações domésticas, restringiu sua capacidade de sujeito ativo na produção do saber e da narrativa pública. A história das mulheres foi, portanto, marcada por um silenciamento estrutural, onde a sua subjetividade foi mediada pela perspectiva masculina dominante.

Assim, historicamente, a condição feminina foi confinada a uma posição de subalternidade, estruturada por uma suposta inferioridade moral e epistêmica em relação ao masculino. No entanto, a filósofa iluminista Mary Wollstonecraft (2016) realiza uma crítica ontológica a esse paradigma, argumentando que a suposta superioridade masculina não é um dado natural (essencialista), mas sim um produto da contingência social e de privilégios históricos, manifestos primordialmente através da disparidade educacional. Wollstonecraft demonstra que a suposta fragilidade da razão feminina é uma construção cultural fruto da negação de uma educação racional, posicionando o gênero, portanto, como uma fabricação social, e não apenas como um destino biológico.

A estruturação do comportamento feminino foi historicamente conformada pela coerção social patriarcal, submetendo o agir das mulheres a uma taxonomia arbitrária de "feminilidade" que segregava atos entre moralmente aceitos ou desviantes. Imposições normativas interditaram qualquer emulação da conduta masculina ou subversão das regras impostas, punindo com severas sanções sociais qualquer desafio à autoridade masculina. Nesse contexto, a construção de um ideal de inferioridade epistêmica, ou seja, a suposta incapacidade racional feminina, operava como mecanismo de reforço ideológico, validando a ideia de que as mulheres careciam de autonomia moral plena. Consequentemente, a sujeição ao tutelamento masculino era apresentada como um imperativo estrutural, retirando da mulher o papel sobre suas próprias decisões morais e relegando-a à condição de subordinação, conforme analisa Wollstonecraft (2016).

Mary Wollstonecraft (2016) argumenta que a 'essência' feminina construída socialmente, focada em virtudes superficiais, corrompia a moralidade racional e reificava a mulher como propriedade doméstica e objeto sexual. Ao privilegiar a passividade e a beleza como instrumentos de poder, essa construção impõe a disponibilidade contínua do corpo feminino ao desejo masculino. Essencialmente, Wollstonecraft denuncia a redução da mulher a um papel de subserviência, conceito que encontra eco contemporâneo na "cultura do estupro", na qual a objetificação sexual é normalizada e a autonomia feminina é violada pela persistência da estrutura patriarcal.

O presente debate resgata a imagem de Antígona para compreender melhor a genealogia das desigualdades históricas de gênero. Conforme análise de Silva, Perrusi e Moraes (2018), a tragédia Antígona, por sua vez, produzida por Sófocles e representada em Atenas por volta de 441 a.C., transcende o contexto narrativo por levantar questões fundamentais e intrínsecas a qualquer estrutura social. A obra situa-se na aporia entre a pólis e o oikos, tematizando o dilema prático de conduta

que tensiona a moralidade individual e a legitimidade política. A análise destaca o embate jusfilosófico entre a lei positiva, representada pela tirania de Creonte, e a lei natural (ou não escrita), invocada por Antígona. A personagem, ao desafiar o decreto real, subverte a distinção de gênero hegemônica da época — que relegava a mulher ao espaço privado e à passividade — ao assumir uma posição ética ativa em defesa de um dever familiar e sagrado.

A personagem Antígona atua como um espelho hermenêutico das estruturas de poder, metaforizando a posição subalterna da mulher e a opressão patriarcal perpetuada ao longo da história. Contudo, uma leitura densa revela Antígona como a verdadeira heroína ética, que, ao antagonizar com a tirania de Creonte, estabelece o confronto entre a lei divina/direito natural e o direito positivo — o decreto arbitrário do Estado. O seu trágico desfecho não anula seu protagonismo; pelo contrário, consagra seu ato de resistência como arquetípico, espelhando a historicidade das mulheres que subverteram a autoridade masculina e sofreram sanções por desobediência civil.

O presente estudo constitui uma pesquisa bibliográfica de cunho analítico sobre a construção da distinção moral e a hierarquização epistêmica entre o feminino e o masculino. Utilizando a tragédia Antígona, de Sófocles, como objeto ilustrativo de uma ontologia do subalterno, o trabalho problematiza a naturalização da submissão feminina na esfera política. Como aporte teórico, adotam-se a obra sofocliana e o tratado *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, da filósofa iluminista Mary Wollstonecraft, visando desconstruir a oposição binária entre a parrhesia (fala livre/ação) masculina e o silêncio moral feminino.

Articulando-se com paradigmas simbólicos, a exemplo da reinterpretação trágica de Antígona, e dialogando com a genealogia crítica ao patriarcado iniciada por pensadoras como Mary Wollstonecraft, a filósofa espanhola María Zambrano institui uma dimensão original na reflexão sobre a condição feminina. Zambrano supera o racionalismo abstrato ao propor uma ‘razão poética’, na qual a subjetividade não é anulada, mas situada, conferindo ao feminino o estatuto de um saber ancorado na vivência, na interioridade e na resistência ao logos excludente da tradição ocidental.

Este artigo tem como objetivo investigar a reimaginação da figura de Antígona sob a ótica da razão poética de María Zambrano, em *La tumba de Antígona* (1967). Busca-se analisar como Zambrano, ao focar no período intermediário entre a condenação e a morte da heroína, transforma a tumba em um espaço de revelação, transcendência e recriação de si mesma, permitindo que Antígona subverta o silêncio imposto e a ordem da polis representada por Creonte. A análise focará no destemor da personagem, que coloca o dever moral e o amor acima da lei estatal, questionando a estrutura de poder masculina e violenta.

A pesquisa ao propor um diálogo com o pensamento de Mary Wollstonecraft em *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792), tem por finalidade confrontar o contexto histórico da obra de Zambrano com ferramentas teóricas que criticam a moral patriarcal, a qual historicamente posiciona a mulher como ser inferior, irracional e dependente. A pesquisa pretende, portanto, explorar como ambas as autoras, cada qual em seu tempo, subvertem normas impostas, agindo através de uma voz crítica que desnaturaliza o lugar do feminino e afirmam sua autonomia.

Em suma, diante dessas articulações, o presente trabalho não se limita a estabelecer um diálogo entre a tradição trágica, o pensamento de Mary Wollstonecraft e a proposta filosófica de María Zambrano, mas avança ao propor um deslocamento interpretativo. Nesse sentido, partimos da hipótese de que a

crítica wollstonecraftiana à construção social da inferioridade feminina pode operar como chave teórica para a releitura da figura de Antígona, permitindo evidenciar, as implicações éticas e políticas de sua ação. Nesse enquadramento, a razão poética de Zambrano contribui para aprofundar a compreensão da subjetividade e da resistência da personagem, ampliando os horizontes interpretativos para além das leituras tradicionais. Assim, o estudo busca não apenas retomar Antígona como símbolo de resistência, mas reposicioná-la como um ponto privilegiado de reflexão sobre as relações entre gênero, racionalidade e poder.

A crítica de Wollstonecraft à subordinação feminina e a defesa da razão

Mary Wollstonecraft (1759-1797), pioneira do feminismo, não deixou um ensaio exclusivo sobre a *Antígona* de Sófocles. No entanto, a figura da heroína grega que desafia a autoridade masculina (Creonte) em nome de uma lei superior e da lealdade familiar ressoa fortemente com os argumentos de Wollstonecraft em sua obra principal, *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792).

A trágica condição feminina, descrita por Mary Wollstonecraft (2016), assemelha-se a um decreto tirânico: a mulher é condenada a buscar sua ascensão social apenas no leito de um matrimônio vantajoso, erguido sobre a frágil reputação. Essa lógica acentua, como um destino fatal, uma relação direta entre moral e amor, na qual Wollstonecraft, em contrapartida, exige que o amor não seja apenas um sentimento, mas uma virtude ética. A nosso ver, esse amor virtuoso não se constitui sem o sacrifício da ignorância; ele exige o constante aperfeiçoamento da razão e a submissão ao princípio da liberdade. Como em uma tragédia de Antígona, o amor genuíno só pode florescer se ambos os componentes da relação se tornarem indivíduos autônomos, racional e socialmente. Sem essa autonomia, o amor é apenas cativo; com ela, torna-se uma base genuína, libertando a mulher da escravidão doméstica e da subordinação à 'aristocracia masculina'.

Sob a ótica da autora, o princípio amoroso erigido pela tradição sociocultural e filosófica ocidental, frequentemente pautada no eros passional e na busca hedonista pela satisfação narcísica, subverte a ontologia do verdadeiro amor. O ideal romântico, sedimentado historicamente, projeta-se, primordialmente, como um dispositivo de opressão patriarcal, cuja função essencial é a sujeição feminina, instrumentalizando o apego emocional como mecanismo de coerção para obstar a rebeldia da figura feminina face à autoridade masculina. Contudo, é possível depreender que o *philia* — amor fraterno — cultivado por Antígona transcende os ditames do amor romântico, aproximando-se do arquétipo de amor virtuoso. Trata-se de uma afeição genuína que funda sua ética na reverência incondicional à dignidade humana do outro, impulsionando a protagonista a um ato moral de ruptura radical e resistência contra a tirania positivista de Creonte, cumprindo, assim, o imperativo categórico de seus deveres familiares e divinos.

A partir de uma exegese da obra da autora, interpreta-se que, sendo o casamento e a família a estrutura fundante do corpo social, o amor deve ser elevado à categoria de virtude racional, alcançável apenas por meio do aprimoramento intelectual e da disciplina da razão, o qual deve ser universalizado a todo o gênero humano. Impõe-se salientar que, na perspectiva iluminista da filósofa, a moralidade constitui um conceito universal e absoluto, incompatível com parcialidades ou distinções ontológicas entre os sexos. Portanto, postula-se a capacidade intrínseca de todo ser humano de atingir a verdadeira virtude, mediada

pela autonomia racional. Assim, desenha-se a crítica contundente da filósofa ao pensamento de Rousseau, que naturalizava a desigualdade entre homens e mulheres.

Examinemos essa questão. Rousseau declara que uma mulher não deveria, nem por um momento, sentir-se independente, que ela deveria ser governada pelo temor de exercitar sua astúcia *natural* e feita uma escrava coquete, a fim de tornar-se um objeto de desejo mais sedutor, uma companhia mais doce para o homem, quando este quiser relaxar. Ele leva ainda mais longe o argumento que alega extrair dos indícios da natureza e insinua que verdade e força moral, pedras angulares de toda virtude humana, deveriam ser cultivados com certas restrições, porque, no que diz respeito ao caráter feminino, a obediência é a grande lição a ser inculcada com extremo rigor (Wollstonecraft, 2016, p. 46).

Conforme preconizado na citação supracitada, Mary Wollstonecraft (2016) evidencia que a obediência é erigida como a virtude cardeal destinada ao gênero feminino, a ser inculcada primordialmente por meio de dispositivos pedagógicos. Essa ontologia moral, moldada por um viés rousseauiano, transparece na tragédia de Antígona, na qual a condição de gênero da protagonista exacerbada a transgressão ao poder instituído de Creonte. A insubordinação, ao questionar a *nomos* (lei) androcêntrica, sela o destino trágico da personagem, culminando na condenação a uma morte lenta e simbólica. Evidencia-se, assim, a fala de Creonte ao confrontar o ato de "rebeldia" contra sua autoridade masculina e a ordem política imposta: "desce, pois, à sepultura!... Visto que queres amar, ama aos que lá encontrares! Enquanto eu vivo for, nenhuma mulher me dominará" (Sófocles, 2005, p. 35).

Sob uma perspectiva analítica fundamentada na exegese de Wollstonecraft (2016), a demarcação ontológica e moral entre os gêneros, amiúde ratificada pelo cânone filosófico, oblitera a equidade ao consolidar uma hegemonia masculina multidimensional: discursiva, ética, epistemológica e paideutica. Tal assimetria histórica não apenas outorga ao homem uma prerrogativa de liberdade civil, mas institui o arquétipo do vir como o único sujeito detentor de razão legisladora, legitimando sua exclusividade na arquitetura do corpo social.

Ademais, essa distinção desvela uma patologia do caráter: a pusilanimidade e a vaidade masculina, que exigem a manutenção da hipocrisia e da subalternidade feminina como arrimo para a integridade de seu próprio orgulho. Destarte, a autora argumenta que a esfera política e a investigação filosófica encontram-se corrompidas por essa inclinação passional, resultando na subjugação arbitrária de uma parcela da humanidade e na degeneração do governo em uma estrutura de tirania autocrática. A superação desse cenário impõe, portanto, uma reconfiguração da *pólis*, centrada em uma emancipação intelectual e moral que abarque a totalidade do gênero humano. Wollstonecraft aprofunda sua crítica indo até as raízes do androcentrismo, tão sem sentido em todos os tempos, principalmente na modernidade.

Que bobagem! Quando surgirá um grande homem com força mental suficiente para dissipar a névoa que o orgulho e a sensualidade têm espalhado sobre o assunto? Se as mulheres são, por natureza, inferiores aos homens, suas virtudes devem ser as mesmas em relação a qualidade, se não ao grau, ou então a virtude é uma ideia relativa; consequentemente, sua conduta deveria ser fundamentada nos mesmos princípios e ter os mesmos objetivos (Wollstonecraft, 2016, p. 47).

Conforme Wollstonecraft (2016), a axiologia moral imposta às mulheres sob a égide do patriarcado estava sub-repticiamente orientada pela sensualidade, visando a coisificação feminina na figura da coquete, do adorno ornamental ou da escrava doméstica. A autora exprime que as virtudes femininas eram exaltadas pelos homens sob um prisma utilitarista, servindo instrumentalmente à satisfação da libido masculina, o que reproduzia um simulacro de deferência e degenerava a liberdade virtuosa em mera libertinagem.

Desse modo, uma ética cimentada na distinção ontológica dos sexos culminou na distorção do sentido autêntico da virtude, reduzindo-a a vícios corporais; inversamente, a moral filosófico-racional universal deveria ser inatacável por tais contingências fáticas, ideal racionalista persistente na filosofia desde a Antiguidade. No entanto, ao escutinar a moral sob a ótica da assimetria de gênero, observa-se o paradoxo de instrumentalizar as virtudes femininas — outrora idealizadas — como mecanismos de opressão quando ameaçam o privilégio social-epistêmico e ético-discursivo do sujeito masculino.

A fim de explicar e justificar a tirania do homem, diversos argumentos engenhosos têm sido apresentados para provas que os dois sexos, na busca da virtude, devem ter em vista objetivos bem diferentes — ou, para falar francamente, não se admite que as mulheres tenham suficiente força mental para obter aquilo que realmente merece o nome de virtude. No entanto, se reconhecermos que elas têm alma, poderíamos pensar que há apenas um caminho destinando pela Providência conduzindo a *humanidade* à virtude ou à felicidade (Wollstonecraft, 2016, p.39).

Sob uma perspectiva ontológica e existencial, a tragédia de Antígona configura-se como um espelho paradigmático da condição feminina na Grécia Antiga, na qual a protagonista atua como um arquétipo social, demonstrando empiricamente a assujeição da mulher no devir histórico. Evidencia-se, assim, uma linha de continuidade, desde a antiguidade clássica até o período moderno — contexto da crítica de Mary Wollstonecraft —, na qual a desigualdade de gênero não apenas se perpetuou como estrutura, mas foi legitimada por uma suposta "natureza" das coisas.

Ademais, urge sublinhar que, embora Antígona traga à tona a dimensão de gênero na literatura, a personagem rompe com a ontologia da submissão imposta ao feminino, desmistificando o ideal passivo e a falácia da inferioridade intelectual e moral correlacionada à mulher. Ao assumir esse papel, ela consolida a capacidade de agir e pensar de maneira autônoma, em um exercício de resistência política e ética que ignora as contingências.

Contudo, a personagem também transluz, de maneira dialética, o fatídico destino das subjetividades femininas que desafiaram a autoridade masculina: a recusa à submissão tendia a recair sob a fatalidade da morte. Todavia, ao desafiarem a tirania, essas mulheres mantiveram coerência ética com seus ideais, exercendo autonomia intelectual e moral. Nesse sentido, a soberania masculina sobre o corpo feminino, com o tempo, transmutou-se, tornando-se mais oculta e insidiosa. Com certeza, a violência patriarcal contemporânea opera por meio de mecanismos simbólicos, epistêmicos, físicos e psíquicos, onde cada agressão é velada por uma "justificativa" racionalizada, como apontava Wollstonecraft no século XVIII.

A articulação teórica proposta por Maria Lopes (2012) explicita a crítica ontológica de Mary Wollstonecraft (2016) ao paradigma androcêntrico. A filósofa

iluminista desvela que a liberdade, concebida como privilégio social arquetípico, foi historicamente alicerçada na submissão sistemática de uma vasta parcela da humanidade. Para a consolidação do sujeito masculino como ente racional e superior — o cogito soberano —, era condição *sinequa non* a manutenção do "outro" (o feminino) em uma posição subalterna, pois a equidade racional ameaçaria sua hegemonia intelectual e política. Sob essa ótica, a tragédia grega evidencia como o sujeito proprietário/hétero/branco impunha uma epistemicídio ao silenciar, apagar e obliterar a agência histórico-social das mulheres, perpetuando sua posição de dominação.

Antígona sob a ótica da razão poética de María Zambrano

A figura de Antígona instaura uma aporética ética que desestabiliza a deontologia kantiana, ao evidenciar uma tensão entre o dever abstrato e a subjetividade patológica (sentimentos). Ao confrontar a soberania de Creonte para realizar os ritos fúnebres de seu irmão, Antígona não opera meramente por um imperativo categórico formal, mas pela fidelidade a um desejo singular que afirma a dignidade humana contra a razão instrumental do Estado.

Embora Immanuel Kant (2013) postule que o valor moral de uma ação reside exclusivamente na máxima racional, livre de influências empíricas ou inclinações (sentimentos) — as quais ele classifica como fontes de corrupção da vontade —, a práxis de Antígona subverte essa dicotomia. A personagem demonstra maior coerência prática ao fundamentar sua ação no amor e na piedade, enquanto Creonte, munido de uma racionalidade tecnocrática e legitimidade política, deturpa a norma, transformando a lei positiva em instrumento de tirania e o cidadão em inimigo. Portanto, a trágica ação de Antígona sugere que o amor, longe de corromper, pode atuar como motor de uma boa vontade autêntica, posicionando-se como uma ética do desejo que se opõe ao formalismo kantiano ao integrar as inclinações subjetivas à sustentação de um princípio ético inegociável.

Sob a égide hermenêutica de María Zambrano (2000), a deliberação ética de Antígona não se coaduna com a lógica formal, mas fundamenta-se na Razão Poética, uma racionalidade integradora e anagógica que acolhe a sensibilidade, a intuição e o sagrado, transbordando os limites da racionalidade instrumental.

María Zambrano foi uma das mais importantes filósofas e ensaístas espanholas do século XX, foi reconhecida por desenvolver o conceito de "razão poética". Sua obra concilia a filosofia com a poesia e a sensibilidade, buscando um pensamento mais próximo da vivência humana do que a razão pura. Nasceu em Vélez-Málaga, Espanha. Foi aluna e discípula de José Ortega y Gasset na Universidade de Madrid, integrando a cena intelectual espanhola dos anos 20 e 30. Zambrano teve de deixar a Espanha após a vitória franquista na Guerra Civil, em 1939. Viveu mais de 40 anos exilada, passando por países como México, Cuba, Porto Rico, França e Itália. Sua filosofia reflete sobre a democracia, a dor, o exílio e a necessidade de uma "razão" que não exclua as emoções e a dimensão espiritual. Foi a primeira mulher a receber o prestigiado Prêmio Miguel de Cervantes (1988). Após o exílio, ela retornou à Espanha em 1984, onde continuou a escrever até falecer em Madrid em 1991 (Costa e Wilke, 2025, p. 3-5).

A "razão poética" de María Zambrano é uma abordagem filosófica singular que busca reconciliar a racionalidade ocidental com a profundidade da experiência humana, mediada pela poesia e pelo sagrado. Diferente da filosofia tradicional, que muitas vezes busca dominar o real através de conceitos abstratos, a razão poética é

um pensamento contemplativo, compassivo e aberto ao inesperado. Costa e Wilke escreveram (2025, p.8).

[...] razão poética é um conceito complexo que representa uma abordagem diferente da razão. Distinta da razão instrumental ou lógica comumente enfatizada na filosofia tradicional, ela é uma forma de conhecimento que transcende a mera lógica e busca uma compreensão mais profunda e completa da realidade³.

Amparada no conceito de “razão poética”, María Zambrano, em meados de 1967, dedicou-se à escrita de “A tumba de Antígona”. Em sua versão da tragédia grega, quando a heroína é condenada por Creonte a ser enterrada viva, ela não se mata, mas realiza no cárcere diversos diálogos e monólogos com outros personagens, ocasião em que refaz sua própria história. Conforme Zambrano, a personagem realiza uma espécie de *anagnorisis*⁴ de reconhecimento que culmina na redenção da personagem e de toda sua família.

Neste texto, Zambrano une a busca clara da filosofia pela via do *logos* com a manifestação fluida e transcendental da poética. Nesse sentido, ela combate a filosofia racionalista que, em sua percepção, empurrou a poesia para os subúrbios da vida e nessa direção, propõe o seu retorno no qual a razão guarda conexão com a dimensão poética da vida.

Para ler Antígona, Zambrano foca no período intermediário entre a condenação e a morte de Antígona, transformando-o em um espaço de revelação e transcendência, onde ela se recria e transcende o silêncio imposto, convertendo sua “tumba” em um palco de afirmação de si mesma. Portanto, *La tumba de Antígona*, transforma o mito clássico em um exercício de razão poética. Zambrano não reconta a história, mas foca no tempo suspenso entre a condenação e a morte de Antígona, transformando a tumba de um lugar de fim trágico para um espaço de reconhecimento de si e transcendência poética (Zambrano, 1986).

Mais do que recontar a fatídica estirpe dos Labdácidas⁵, María Zambrano mergulha na ontologia da personagem, oferecendo uma reinvenção filosófica do mito clássico. Rompendo com a tradição sofocliana, Zambrano não condena sua protagonista ao suicídio no cárcere. Ao contrário, transforma o aprisionamento em um espaço de “razão poética”, um útero simbólico onde Antígona, isolada da *pólis*, desvela sua verdadeira essência.

Nesse limbo entre a vida e a morte, a tumba não é o fim, mas o cenário de uma *anagnorisis* profunda e solitária, onde Antígona dialoga com sua própria existência e desobediência. A obra situa a força da heroína não apenas na rebeldia contra Creonte, mas na capacidade de sustentar o amor e a memória em um exílio profundo, transmutando a submissão ao destino trágico em um ato final de libertação espiritual e resistência feminina.

Zambrano utiliza a figura de Antígona para evidenciar uma consciência que se recusa a aceitar a lógica racionalista e a violência política de Creonte. A

³Cf: COSTA, S. A. C.; WILKE, V. C. A escrita entre guerras: gênero, política e fascismo no pensamento de María Zambrano e Virginia Woolf. Revista De Filosofia Aurora, v. 1, p. 1-15, 2025.

⁴Anagnorisis é um termo literário grego que significa “reconhecimento” ou “descoberta”. Representa o momento crucial em que um protagonista compreende uma verdade oculta sobre sua identidade, entes queridos ou situação. Introduzido por Aristóteles na Poética, é a transição da ignorância para o conhecimento, mudando o rumo da narrativa.

⁵Labdácidas são os membros da dinastia mitológica que fundou e reinou sobre Tebas, na Grécia Antiga. A linhagem deriva de Lábdaco, o terceiro rei de Tebas, e é famosa por ser protagonista da Trilogia Tebana de Sófocles, incluindo figuras como Édipo, Jocasta, Antígona e Eteócles.

personagem representa uma forma de conhecimento baseada na "metáfora do coração", na vida e no acolhimento do outro. A Antígona de Zambrano não é apenas a rebelde que desobedece a lei humana (Creonte) por uma lei divina, mas uma figura que assume seu exílio e solidão para se tornar "sujeita" de sua própria história, superando o destino trágico sacrificial da antiguidade. Zambrano, escrevendo no exílio, interpreta a Antígona como uma figura marginalizada que, na sua tumba (o lugar da exclusão), encontra a verdadeira liberdade e se torna uma voz "testemunha" do seu ser.

A desobediência civil de Antígona sob as perspectivas filosóficas de Mary Wollstonecraft e Zambrano

A figura de Antígona, conforme retratada por Sófocles, representa o arquétipo da desobediência civil, onde o indivíduo confronta uma lei estatal injusta em nome de uma lei superior (moral, divina ou natural). A análise de sua insubmissão à luz de Mary Wollstonecraft e María Zambrano revela diferentes camadas de resistência feminina e ética.

Conforme nossa análise, Wollstonecraft, em *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, foca na igualdade racional e social. Antígona, na visão wollstonecraftiana, poderia ser lida como alguém que não age apenas por emoção familiar, mas por convicção racional de que a lei de Creonte é ilógica e opressiva.

Antígona sob a Perspectiva de Mary Wollstonecraft tomaria o caminho do racionalismo e de um feminismo embrionário. Ela rompe com a norma de gênero que a imporia o silêncio e a passividade, assumindo um papel público e político. Wollstonecraft veria Antígona como uma mulher que recusa a posição de "escrava doméstica", utilizando sua razão para contestar um governo patriarcal que ignora os direitos humanos fundamentais e age em prol da tirania.

A atitude de Creonte contra Antígona ilustra a crítica de Mary Wollstonecraft (2016) sobre a tirania masculina exercida no espaço público e privado. Ao interpretar a ação racional e ética de Antígona — baseada em leis divinas e de parentesco — como uma ameaça à sua autoridade, Creonte a submete a uma morte lenta, condenando-a a uma tumba, ação que reflete o aprisionamento feminino em normas impostas pelos homens.

O monarca justifica seu ato despótico através das "leis dos homens" (o direito positivo do estado), apegando-se a uma moralidade rígida que, tal como aponta Wollstonecraft, busca inferiorizar a mulher e negar sua capacidade racional. A resistência de Creonte não é apenas política, mas de gênero: ele se recusa a ser superado por uma mulher, agindo para preservar uma estrutura patriarcal onde a obediência feminina é entendida como ordem e a sua transgressão como uma violação da própria natureza.

Assim, a condenação de Antígona exemplifica a "lei dos homens" sem razão que, ao tentar sufocar a autonomia feminina, corrompe a própria moralidade e justiça da sociedade, cenário que Wollstonecraft denuncia como a "injustiça que uma metade da raça humana é obrigada a submeter-se", ecoando na tumba que se torna o destino de Antígona.

Como já reiteramos Zambrano, em *A Tumba de Antígona* (1967), transforma a heroína trágica em um símbolo de "razão poética", foca no "ser" de Antígona, não apenas no seu ato. A desobediência de Antígona, para Zambrano, é um ato de "destemor e subversão" onde ela recusa mentir para si mesma, transformando o seu momento de morte, ser enterrada viva, em um "tempo de afirmação e recriação

de si". Portanto, seu foco é a piedade e o amor como forças transformadoras contra a injustiça, indo além da justiça racional e abraçando a "transcendência poética".

A interpretação de María Zambrano em *La tumba de Antígona* transforma a personagem em uma figura que transcende a rebeldia clássica, focando na recusa ética e na consciência interior. A passagem citada, "pues que no es la condena, es la ley que la engendra, lo que mi alma rechaza" (Zambrano, 1986, 257), sublinha que Antígona não se opõe apenas ao castigo de Creonte (a morte), mas à própria natureza iníqua e violenta da lei do homem que fundamenta a tirania.

Zambrano vive em uma época em que o otimismo da razão moderna deu lugar à outras formas de racionalidade. A utopia clássica dos modernos foi sendo substituída pela "razão poética", sobretudo descrita como uma "descentração de si", um deslocamento do olhar que prefere ser visto a ver, permitindo acolher a realidade tal como ela é, em vez de apenas subjugar-la. Diferente da filosofia tradicional focada no Ser, a razão poética se abre ao inesperado e ao Devir.

A relação entre a razão poética de María Zambrano e a razão vital (ou raciovitalismo) de José Ortega y Gasset é de continuidade crítica e superação. Zambrano, aluna e discípula de Ortega, incorporou a necessidade orteguiana de fundamentar a filosofia na vida, mas evoluiu o pensamento do mestre ao integrar a poesia e a emoção como formas de conhecimento, indo além da racionalidade puramente funcional⁶.

Quanto à razão ilustrada de Wollstonecraft, observa-se a crítica à tirania masculina na esfera pública e à exclusão das mulheres do direito natural (apontando para a injustiça da "Nova Constituição" que excluiu as mulheres e ignorou a moralidade). Já a análise de Zambrano coloca Antígona em um espaço de fronteira, onde a "mulher" desafia a lógica androcêntrica de poder, transformando sua "anagnorisis" em um ato poético de resistência.

Zambrano valoriza o que a filosofia clássica descartou: o sagrado, o sonho, o sentimento e a experiência vivida, posicionando-os no centro do pensamento. Em virtude dessa postura a razão não busca a posse da verdade, mas a escuta e o acolhimento, lembrando que o ser humano não é "dono da palavra". Considerando tratar-se de uma filosofia de fronteira, a filósofa é marcada pela experiência do exílio, cuja razão poética é um pensamento de fronteira, que não se prende ao academicismo, mas reflete sobre a realidade com liberdade e rebeldia.

A tumba de Antígona pode ser analisada, sob uma lente filosófica, não apenas como um espaço de clausura, mas como o *locus* derradeiro de liberdade plena e reconstrução ontológica da personagem, constituindo um paradoxal monumento de resistência e tragédia. A caverna, portanto, opera como um intervalo atemporal onde a protagonista sela seu destino, transmutando a punição estatal em um ato de subversão inabalável.

Pela perspectiva de Mary Wollstonecraft, Antígona é a personificação da razão feminina insurgente. Ela rejeita a "inferioridade natural" imposta aos sexos, utilizando sua capacidade racional para desafiar a tirania masculina. Ao enterrar seu irmão, Antígona reivindica a igualdade de direitos e a supremacia da consciência moral sobre o decreto injusto, agindo como um agente político racional.

⁶Cf: O artigo "Uma comparação entre Razón Vital y Razón Poética. María Zambrano y la Filosofía de la Religión" (G. Lapiedra Gutiérrez) explora diretamente a conexão e divergência entre ambos. Sobre la razón poética de María Zambrano" (M. del C. Piñas Saura) - Este estudo analisa profundamente as raízes da razão poética, comparando-a com o contexto filosófico espanhol da época, incluindo Ortega.

Pela perspectiva de María Zambrano, Antígona é a poesia que desafia o sistema. Em A Tumba de Antígona, a desobediência é o momento em que a personagem transcende o trágico. Ao enfrentar Creonte, ela não busca apenas a justiça legal, mas atinge a "transcendência poética", transformando o seu fim anunciado em uma recriação de sua própria existência através da piedade e do amor insubmisso.

Enquanto Zambrano celebra uma libertação poética que recria a identidade feminina no limite da vida, Wollstonecraft vê no ato da heroína a afirmação da racionalidade e dos direitos das mulheres, contestando a justiça patriarcal. Assim, Antígona é lida como uma figura de resistência que, ao desafiar o sexismo moral de sua época, permanece atual.

Considerações finais

Discutimos ao longo do texto que enquanto Wollstonecraft racionaliza o gesto como a luta por direitos e a defesa de racionalidade inclusiva, Zambrano poetiza a insubmissão como a afirmação do ser trágico que não se curva, mesmo diante da tumba.

A reflexão de Mary Wollstonecraft (2016) postula uma crítica contundente à instrumentalização da razão e da moral, evidenciando como ambos os construtos foram historicamente operados como dispositivos de coerção e estagnação social, em detrimento de um verdadeiro projeto emancipatório. A moralidade, engendrada a partir de uma distinção sexual binária, assume uma ontologia parcial e excludente, perpetuando estereótipos que confinam a subjetividade feminina.

A figura mítica de Antígona ecoa essa perene desigualdade, espelhando a tensão entre a norma estatal e a resistência feminina, especialmente no que tange ao exercício do poder político. Exemplo paradigmático dessa permanência da desigualdade estrutural é o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, cujos desdobramentos foram intensamente permeados por discursos misóginos e práticas de violência política de gênero (Estacheski e Medeiros, 2017), evidenciando a persistência de uma gramática política excludente.

Argumentamos que conceber a tumba de Antígona como emblema de ruptura e resistência ética não implica uma romantização do *pathos* (sofrimento), tampouco a obliteração da contingência histórica que a encarcerou. Pelo contrário, trata-se de um movimento analítico que visa exaltar a personagem em sua coragem, ética e ética do desejo, ao defender sua ontologia e moralidade, mantendo perene a memória das subjetividades femininas reais cujas vidas foram ceifadas pela defesa de seus valores inegociáveis.

A trágica história de Antígona ecoa como uma subversão poética, erguendo-se como um espelho que estiliza a noção de uma submissão feminina inexorável diante da autoridade masculina. Mais do que um mito, ela é um convite a repensar a ontologia da mulher na história, impulsionando a urgência de narrativas que reconheçam seu protagonismo na constituição da sociedade contemporânea. Por derradeiro, à luz do pensamento de Mary Wollstonecraft (2016), torna-se evidente o sexismo estrutural edificado sobre a base da moralidade vigente. As críticas da autora são basilares para compreender os paradoxos intrínsecos à moral contemporânea, essencialmente no que tange à relação entre a ontologia do corpo feminino e as normas éticas arbitrariamente designadas como 'femininas'. Tais convenções convertem-se em dispositivos de opressão quando a figura da mulher ameaça a hegemonia masculina.

Por fim, “A tumba de Antígona”, como espaço mítico de confinamento e morte, torna-se, nas mãos de María Zambrano um cenário de iluminação e resistência poética, oferecendo um contraste filosófico rico quando comparado à visão iluminista e racionalista de Mary Wollstonecraft. Enquanto a filósofa iluminista clama pela entrada da mulher no espaço público através da razão, Zambrano ressignifica o aprisionamento feminino como o momento supremo de autoconhecimento e transcendência, utilizando o que ela denomina “razão poética”.

Referências

- COSTA, S. A. C; WILKE, V. C. A escrita entre guerras: gênero, política e fascismo no pensamento de María Zambrano e Virginia Woolf. **Revista De Filosofia Aurora**, v. 1, p. 1-15, 2025.
- COSTA, S. A. C. O tempo do entremeio: a potência criadora da palavra poética em María Zambrano. **Synesis**, v. 12, n. 2, p. 127-143, Petrópolis, 2020.
- ESTACHESKI, Ducele de Lourdes Tonet; DE MEDEIROS, Talita Gonçalves. A atualidade da obra de Mary Wollstonecraft. Ed. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, 2017.
- FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. Ed. Entre Trópicos, Teresina- PI, 2021.
- KANT, Immanuel. **Metafísica dos costumes**. Editora Vozes, São Paulo-SP, 2013.
- LOPES, Maria José Ferreira. **De Pandora a Eva: fontes antigas da misoginia**. Ed. Universidade do Minho, 2012.
- MIYAMOTO, Yume Maria Helena; KROHLING, Aloísio. **Dos direitos das mulheres na perspectiva de Jean-Jacques- Rousseau, Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges**. Ed.FUNJAB, 2013.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Ed. Bertrand Brasil, São Paulo- SP, 1995.
- SILVA, Eleonoura Enoque; PERRUSI, Martha Solange; MORAES, Antonio Henrique Coutelo. **Análise retórica e moral de Antígona**. Ed. Revista Letras, Curitiba, 2018.
- SÓFOCLES. **Antígone**. Ed. eBooksBrasil, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/antigone.pdf>>
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Ed. Boitempo, 2016.
- ZAMBRANO, María. **La tumba de Antígona**. Editorial Anthropos, Barcelona, 1986.
- ZAMBRANO, María. **A metáfora do coração e outros escritos**. Trad. José Bento. Lisboa: Assirio e Alvim, 2000.

Recebido em: 05/2026
Aprovado em: 05/2026